

A economia política angolana e sua gênese público-privada: uma análise das construtoras brasileiras em Angola.*

The Angolan political economy and its public-private baseline: an analysis of Brazilian construction companies in Angola.

GABRIELI GAIO | ggaio@iscsp.ulisboa.pt

Docente no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) da Universidade de Lisboa, pesquisadora do Centro de Estudos Africanos (CEAF-ISCSP/ULisboa) e do Observatório Político Sul-Americano (OPSA-IESP/UERJ). Doutoranda em Ciência Política pela Universidade de Lisboa (ULisboa) e bolsista da mesma instituição.

Recebimento do artigo Maio de 2017 | **Aceite** Julho de 2017

Resumo Este artigo aborda a inserção das construtoras brasileiras em Angola sob o contexto da economia política angolana. O presente trabalho baseia-se na experiência da Odebrecht, conglomerado brasileiro de construção com a presença mais relevante no país africano. A pesquisa busca compreender (a) as dinâmicas interativas entre a esfera pública e a esfera privada que caracterizam a economia política angolana e (b) de que modo tais dinâmicas moldam a inserção de corporações transnacionais no país – em especial a inserção das construtoras brasileiras. A partir de uma estrutura teórica que articula abordagens da Economia Política Internacional (EPI) (UNDERHILL, 2000; 2001; 2003; STRANGE, 1988) e a concepção de políticas do ventre relativamente ao estado pós-colonial africano (BAYART, 2009; 1991), é possível apreender a permeabilidade entre público e privado que caracteriza a gênese da economia política angolana e que permite a manutenção do *status quo* por parte do partido governante. Tal conjuntura dita as simbióticas relações estado-empresa no país e, por conseguinte, molda o *modus operandi* das construtoras brasileiras em Angola.

Palavras-Chave Angola – Odebrecht – Economia Política Internacional – políticas do ventre – corporações transnacionais.

Abstract This article approaches the engagement of Brazilian construction companies in the Angolan political economy. The present work is based on the experience of Odebrecht – the most relevant Brazilian construction group in Angola. This research aims to understand (a) the interactive dynamics between public and private spheres in the Angolan political economy and (b) how such dynamics shape the insertion of transnational corporations in Angola – especially Brazilian construction companies. Rooted in approaches from International Political Economy (IPE) (UNDERHILL, 2000; 2001; 2003; STRANGE, 1988) alongside the conception of politics of the belly (BAYART, 2009; 1991) regarding the postcolonial African state, this work indicates the permeable character of the public-private membrane that shapes Angolan political economy and allows the country's ruling party to master *status quo*. Such scenario dictates the symbiotic state-enterprise relations in the country and, therefore, shapes Brazilian construction companies' *modus operandi* in Angola. **Keywords** Angola – Odebrecht – International Political Economy – politics of the belly – transnational corporations.

* O presente trabalho conta com o apoio financeiro da Universidade de Lisboa e já contou com o apoio logístico e financeiro da Odebrecht especificamente para coleta de dados em Angola. Cerca de 50 pessoas, distribuídas entre Angola (Luanda, Malanje e Kwanza-Norte), Brasil (Rio de Janeiro e São Paulo) e Portugal (Lisboa), contribuíram para a pesquisa em questão por meio de entrevistas semiestruturadas, entrevistas não estruturadas e observação participante. Os(as) entrevistados(as) consistem em representantes governamentais, empresários/funcionários de empresas e líderes de comunidades locais angolanas. Devido à sensibilidade do tema, as entrevistas são pautadas pelo princípio da confidencialidade das identidades dos(as) entrevistados(as). Adicionalmente, a autora gostaria de agradecer a Álvaro Nóbrega, Daniel Barreiros e Peter Richardson pelos seus comentários e sugestões, que em muito colaboraram para este artigo. Certamente, quaisquer equívocos e/ou omissões são de inteira responsabilidade da autora.

Introdução

Este artigo aborda a inserção das construtoras brasileiras em Angola sob o contexto da economia política local. Busca-se compreender a dinâmica interativa entre público e privado que caracteriza a economia política angolana, bem como as implicações dessa dinâmica para a atuação das referidas empresas no país. A pesquisa baseia-se na experiência da Odebrecht – o maior e mais antigo conglomerado brasileiro de construção em Angola, tendo mantido sólida e ininterrupta presença no mercado angolano desde 1984¹.

O partido governante em Angola – Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA) – configura ator central na economia política angolana, sendo caracterizado por sua histórica autonomia governativa (CHABAL, 2007). A riqueza em recursos naturais contribui para uma reduzida dependência relativamente às instituições financeiras internacionais e aos seus padrões de governança. Com o fim da guerra civil, em 2002, Angola passou a atrair mais atenção dos chamados parceiros emergentes – como Brasil e China – nas suas políticas de reconstrução nacional (UNCTAD, 2010). Sob a égide da Cooperação Sul-Sul (CSS) e de sua noção basilar de respeito à soberania e não-intervenção em assuntos domésticos (AYLLÓN, 2009), a tradicional autonomia governativa do MPLA encontraria espaço nas novas parcerias.

O engajamento das chamadas potências emergentes no continente africano observa um considerável aumento no século XXI, fato que se reflete na crescente e vasta produção bibliográfica que aborda essa temática (TAYLOR, 2006; BRAUTIGAM, 2011; SARAIVA, 2012; CORKIN, 2013; VISENTINI, 2016). Embora grande parte dessa produção seja dedicada ao estudo da presença chinesa e seus agentes no continente (TAYLOR, 2006; BRAUTIGAM, 2011; CORKIN, 2013), alguns pesquisadores têm dedicado sua atenção ao estudo da política externa brasileira para a África (SARAIVA, 2012; VISENTINI, 2016). Tanto no caso das análises que abordam a presença chinesa no continente africano quanto nos trabalhos sobre a presença brasileira, os esforços de pesquisa têm sido direcionados para o estudo das estratégias, interesses e/ou impactos dos países emergentes na região.

Tal perspectiva é certamente muito útil para a compreensão de arranjos cooperativos entre países em desenvolvimento. Contudo, acaba por deixar um espaço reduzido para uma análise acerca das estratégias e interesses dos governos locais frente às investidas externas crescentes nos países africanos². Este artigo busca, nesse sentido, juntar-se a esse debate ao complementar a literatura já existente por meio do estudo de dinâmicas governativas locais angolanas que podem afetar ou moldar a inserção da Odebrecht no mercado angolano.

O presente trabalho está estruturado em cinco seções, incluindo esta introdução. A seção seguinte dedica-se às abordagens teóricas que serão articuladas em prol do entendimento acerca do tema proposto. A terceira seção traz uma breve análise da economia política angolana e das principais características governativas do MPLA. A quarta seção aborda a atuação da Odebrecht em Angola, com foco nas relações entre a empresa e o governo angolano. Finalmente, a quinta seção apresenta algumas considerações finais acerca da presente pesquisa.

Economia Política Internacional e políticas do ventre: a governança pós-colonial

1 Esta pesquisa encerra seu recorte cronológico no ano de 2014, visto que o período mais recente é marcado por um conjunto de fatores políticos e econômicos, tanto no Brasil quanto em Angola, que contribuem para a fragilização da construtora e levantam dúvidas acerca da sustentabilidade de sua até então sólida presença no mercado angolano. Tais fatores incluem a queda nos preços do petróleo, o cenário de instabilidade e as investigações relativas à empresa no Brasil e, muito importante, as recentes eleições e a transição da presidência em Angola. Para mais informações, ver texto de Mathias Alencastro (2017).

2 Lucy Corkin (2013), entretanto, merece atenção especial neste debate, uma vez que autora busca justamente compreender a agência do governo angolano ao administrar as linhas de crédito chinesas.

Ainda que o campo da EPI seja caracterizado por uma diversa gama de abordagens, é possível afirmar que seu epicentro consiste no estudo da relação entre público e privado ou entre o estado e o mercado (COHEN, 2008, p. 3). John Ravenhill (2011, p. 21) explica que se trata de “campo de estudos cujo foco consiste no relacionamento entre poder público e poder privado na alocação de recursos escassos.” Dado o objeto de estudo abordado na presente pesquisa, as abordagens de Geoffrey Underhill (2000; 2001; 2003) e de Susan Strange (1976; 1988; 1996) relativas à EPI mostram-se muito úteis³.

Underhill (2000, p. 819) nota que, embora a EPI tenha como premissa a interação entre economia e política, parte importante desse campo de estudos trabalha, paradoxalmente, a partir de uma subjacente dicotomia entre a esfera pública e a esfera privada. A esfera pública seria apreendida enquanto o estado – *locus* do poder político, da autoridade e das relações hierárquicas. Já a esfera privada corresponderia ao mercado – *locus* apolítico, da concorrência perfeita e da alocação racional de recursos. Underhill (2001) acrescenta que tal dicotomia fundamenta o neoliberalismo pregado pela comunidade internacional sob a égide do Consenso Neoliberal ou Consenso de Washington (WILLIAMSON, 1990).

O autor diverge dessa dicotomia, defendendo um sistema complexo de governança que, segundo sua perspectiva, estaria mais próximo da realidade social:

“(E)stados e mercados fazem parte de um conjunto integrado de governança, um **condomínio** estado-mercado, devendo ser entendidos de tal maneira. As instituições políticas e regulatórias do estado são elementos do mercado, um grupo de instituições por meio do qual o processo de governança opera. As estruturas do mercado, por sua vez, são constituídas, simultaneamente, pelos processos políticos do estado – e pelos recursos políticos dos diferentes atores privados ou públicos envolvidos em uma determinada ação política – e também pela competição econômica em si.” (UNDERHILL, 2001, p.16; grifo do autor)⁴

O mercado, então, não deveria ser apreendido como um corpo autônomo relativamente à sociedade ou ao estado, mas sim enquanto um conjunto complexo de agentes políticos que participa nas políticas públicas de dada sociedade (UNDERHILL, 2001; 2003). Tais agentes políticos – do mercado e/ou do estado – estão em busca constante por autoridade política e representam parte fundamental do processo governativo (UNDERHILL, 2000).

Susan Strange (1976; 1988) dedica maior atenção à concepção de autoridade política, a qual define como a capacidade de influenciar as regras por meio das quais ocorre a alocação de recursos materiais e imateriais. Nesse sentido, a autoridade política constitui o epicentro de qualquer sistema de economia política (GAIO & ARCHER, 2013; GAIO, 2012). Tal autoridade apresenta-se difusa, uma vez que não está restrita ao estado e suas instituições, sendo também encontrada em agentes do mercado (STRANGE, 1976; 1988). Nesse sentido, Underhill e Strange partilham um ponto de vista crítico relativamente à dicotomia público-privado ao advogarem que a autoridade política difusa é precisamente o que torna a ideia de uma bifurcação entre estado e mercado algo falacioso em termos práticos e teóricos⁵.

Nota-se um distanciamento entre o modelo observante (MOREIRA, 1996, p.9) de economia po-

3 Este trabalho, embora enfatize complementaridades entre os trabalhos de Underhill e Strange, não ignora algumas divergências entre os autores. Enquanto Strange (1996) advoga uma “retração do estado” frente às corporações transnacionais, Underhill (2000; 2001; 2003) argumenta que o aparato estatal é capaz de se adaptar às novas dinâmicas do mercado transnacional, não sofrendo, necessariamente, uma perda de autoridade política. A despeito dessa divergência, suas abordagens produzem uma útil articulação ao oferecerem perspectivas críticas e complementares relativamente ao neoliberalismo e à dicotomia público/privado.

4 Todos os excertos de textos citados neste trabalho que não se encontram originalmente em português são fruto da livre tradução por parte da presente autora.

5 Devido ao espaço limitado, este artigo não apresenta uma análise mais profunda e histórica acerca da gênese do mercado nas sociedades modernas. A autora, assim, recorreu à Susan Strange (1988; 1996) e Geoffrey Underhill (2000; 2001; 2003), que recuperam essa temática na conjuntura da globalização mais recente marcada pelo contexto do Consenso Neoliberal. Entretanto, autores de diferentes áreas das ciências sociais trazem relevantes abordagens acerca dessa questão, como, por exemplo, Polanyi (1944), Habermas (1962), Braudel (1979), Gramsci (1971), entre outros.

lítica – pregado pelas instituições internacionais e baseado na dicotomia público-privado característica do neoliberalismo – e os modelos observados nas mais diversas realidades sociais, que não obedecem às regras articuladas pelo primeiro (GAIO, 2014). Mediante uma leitura crítica relativamente à lógica dicotômica mencionada, a tarefa de compreender a economia política angolana e a inserção das construtoras brasileiras na mesma torna-se mais plausível.

Bayart (1991; 2009) permite-nos uma melhor apreensão relativamente à simbiose público-privado e às lutas políticas que ocorrem nos estados pós-coloniais africanos. O autor explica que esse padrão simbiótico é, na realidade, parte fundamental da gênese do estado, uma vez que constitui a base de um processo governativo que convencionou chamar de “políticas do ventre” (BAYART, 2009; 1991):

“(Em África), toda a arte de governar consiste na administração do jogo de facções de modo a dividir, dominar e garantir apoio sem ser controlado pelas mesmas (...). Nesse contexto (...), lutas faccionais não são apenas pela distribuição de status e poder. Elas também se dão pela distribuição de riqueza, ou, mais precisamente, pela possibilidade de acumulação primitiva” (BAYART, 1991, p. 41-42)

“As políticas do ventre são uma verdadeira questão de vida ou morte. Vida – caso o sujeito em questão seja bem sucedido ao garantir sua fatia do ‘bolo nacional’, sem sucumbir no seu empreendimento. Morte – (...) se o sujeito é emboscado ou derrotado por oponentes” (BAYART, 2009, p. 238).

Uma apreensão completa acerca das políticas do ventre deve contemplar não apenas a possibilidade de acumulação por meio do aparato estatal, mas também a existência de uma estratégia política segundo a qual a sobrevivência e sucesso do líder – *big man* – estão intrinsecamente relacionados à sua capacidade de distribuir recursos materiais e imateriais entre bases aliadas com o objetivo de preservar o *status quo* (BAYART, 2009, p. 242). Desse modo, recursos são distribuídos a partir de árduos processos de negociação nos quais os agentes com maior autoridade política exercem uma maior influência, estejam eles alocados na esfera pública e/ou no âmbito privado (STRANGE, 1976; 1988; BAYART, 1991).

Em contextos de luta acirrada por autoridade política, Tangri (1999) explica-nos que aquilo que se entende convencionalmente por setor público tende a se manter robusto, com capacidade de moldar o mercado de acordo com imperativos governativos. Essa governança resulta da rationale subjacente às políticas do ventre: o controle sobre a distribuição de recursos constitui condição essencial para a autopreservação da elite governante, uma vez que permite a manutenção de bases aliadas e a desarticulação de *locus* opositores (GAIO, 2014). As reformas “pró-mercado” (1980-1990), por sua vez, não alterariam tais dinâmicas governativas. Essas reformas trazem novos atores (privados e transnacionais) para o cenário político africano, mas as regras centrais do jogo permanecem inalteradas (MÉDARD, 2007)⁶.

O MPLA, sua governança e implicações para a economia política angolana.

Ao observarmos a economia política angolana em perspectiva histórica, é possível verificar, no nível legal ou formal, uma transição considerável relativamente ao modelo econômico adotado: desde uma plataforma marxista-leninista, durante os anos pós-independência (FERREIRA,

6 As privatizações, por exemplo, eram conduzidas com base na lógica do alinhamento político (HIBOU, 1999) – como ocorreu no caso angolano (GAIO, 2014). Ademais, esse setor privado emergente opera com base em lógicas muito similares as das elites governantes e adere às políticas do ventre como estratégia para o sucesso.

1995), até uma economia de mercado nos dias atuais. Contudo, uma análise mais profunda e que leve em consideração os resultados reais das reformas liberalizantes sugere certa reserva e distanciamento quanto ao modelo observante – neoliberal – de economia política.

Ao invés de se preocupar excessivamente com a alocação de Angola em algum modelo econômico pré-estabelecido, esta pesquisa volta-se para o papel do MPLA na economia política do país. O partido governante constitui fator central na compreensão da governança angolana, tendo sido designado na literatura enquanto um “partido-estado” (CHABAL, 2007, p. 3), dada a dificuldade em traçar uma distinção entre o partido e o estado. Epicentro da economia política angolana, o MPLA protege ferozmente sua autonomia governativa, especialmente frente a interesses externos no país – sejam eles oriundos de doadores tradicionais, parceiros emergentes, corporações transnacionais, entre outros (CHABAL, 2007; HODGES, 2007; MESSIANT, 2007).

Quando em contexto de instabilidade política, o partido demonstrou habilidade ímpar ao articular um empreendimento político de abrangência “supra-étnica” (CHABAL, 2007, p.5) e obteve sucesso ao exercer controle sobre diferentes regiões de Angola por meio de alianças embasadas na distribuição de recursos com vistas a alargar a base aliada e fragmentar opositores⁷. O caráter supra étnico seria um atrativo para os investidores estrangeiros, uma vez que é visto como um pilar de garantia para estabilidade política no longo prazo conforme afirmado por diferentes indivíduos entrevistados durante pesquisa de campo. A estabilidade política, desse modo, ganha prevalência, aos olhos do investidor, sobre inúmeras variáveis governativas – nomeadamente sobre os padrões de “boa” governança (GILPIN, 2001).

Birmingham (2002) alerta para uma histórica tendência presidencialista na estrutura do MPLA que, por sua vez, se reflete na organização do estado – é a partir da presidência que as metamorfoses governativas são pensadas ao longo do tempo. O setor do petróleo⁸ configura um dos exemplos mais marcantes dessa tendência, com o surgimento, ainda na década de 1980, de um grupo de transnacionais petrolíferas que constituiria uma base empresarial emergente ligada diretamente à presidência do país (OLIVEIRA, 2007, p. 606). Tal base ganharia maior dimensão e complexidade, passando a incluir não apenas executivos estrangeiros, mas também militares e burocratas do núcleo do MPLA; sua composição dependeria do valor estratégico de cada membro para a preservação do *status quo*.

As chamadas reformas liberalizantes foram submetidas a um intenso controle e administração por parte do MPLA, que obteve sucesso ao manter o *status quo* no país ao longo da história. O capital privado penetra o país de acordo com as dinâmicas locais de governança, fortemente caracterizadas pelo poder presidencial e por lutas políticas constantes – mesmo após 2002 (ROQUE, 2011). O empreendimento privado prolifera-se, mas isso não leva, necessariamente a uma retração do poder partidário ou governamental sobre o mercado.

Construtoras brasileiras em Angola: o caso da Odebrecht.

As principais construtoras brasileiras que verificamos em Angola desde o fim da guerra civil são: Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa e Queiroz Galvão (IPEA & BANCO MUNDIAL, 2011, p. 6). Enquanto as demais construtoras chegaram ao mercado angolano após o fim da

7 Um dos entrevistados para esta pesquisa, afirmou que Angola “não possui um governo tribal”, o que distinguiria positivamente de alguns pares regionais. Outro entrevistado afirmou que o país apresenta “o modelo que funciona” – demonstrando pouco interesse em avaliar condições específicas de governança. As transições políticas e econômicas das décadas de 1980 e 1990 tornariam ainda mais importante a expansão do poder e controle do partido governante via alocação estratégica de recursos entre vetores políticos que poderiam assegurar o *status quo* mesmo em meio a reformas liberalizantes (HODGES, 2007; CHABAL, 2007).

8 O setor petrolífero angolano possui uma gestão muito cuidadosa (OLIVEIRA, 2007). O FMI recomendou que a Nigéria, por exemplo, seguisse o exemplo de Angola na administração do setor petrolífero, reportando ao presidente mensalmente a gestão das atividades petrolíferas (FMI, 2014).

guerra civil, a Odebrecht⁹ chegou a Angola na década de 1980 e permanece no país desde então. Após o fim da guerra civil, a empresa diversificou sua presença no país por meio do financiamento público bilateral Brasil-Angola, de contratos com o governo angolano e de parcerias com empresas locais (GAIO, 2014).

Em 1984, a Odebrecht iniciou seu primeiro projeto em Angola: a hidrelétrica de Capanda, localizada na província do Malanje. A barragem seria produto de um consórcio entre a empresa brasileira e a então companhia soviética Technopromoexport. O governo angolano, representado pelo Gamek (Cabinete de Aproveitamento do Médio Kwanza), seria a parte contratante do consórcio (ODEBRECHT, 2006). Conforme indicado pela pesquisa de campo, o convite para Odebrecht participar do consórcio deu-se por meio da empresa soviética e, no entanto, não teria sido suficiente para o engajamento da construtora brasileira em um projeto dessa envergadura.

De acordo com Emílio Odebrecht (2009a, p.13), o objetivo seria estabelecer em Angola uma presença mais duradoura e não apenas envolver-se em um projeto. Seguindo essa lógica, o fundador da empresa, Norberto Odebrecht, optou por transcender a mediação soviética e contatar diretamente o governo angolano. Estabelecendo uma relação baseada na mútua confiança e conhecimento entre as partes, a construtora brasileira organizou viagens para autoridades importantes do governo de Angola ao nordeste brasileiro com o objetivo de mostrar o sucesso da empresa na região.

Além dos obstáculos inerentes à situação de guerra civil em que se encontrava Angola, o desafio relativo ao financiamento de Capanda era o mais importante. Com as rendas petrolíferas absorvidas pela guerra, o governo local não apresentava capital para a hidrelétrica. A então União Soviética, por sua vez, havia reduzido as verbas prometidas para financiar o projeto em dois terços. A Odebrecht, então, assumiu a responsabilidade pelo levantamento dos fundos necessários para o empreendimento dada sua grande importância para o governo de Angola (ODEBRECHT, 2009b).

A construtora propôs ao governo brasileiro a articulação de um arranjo financeiro bilateral com Angola segundo o qual o Brasil disponibilizaria os fundos para a construção de Capanda e Angola pagaria o empréstimo por meio da exportação de petróleo para o Brasil – i.e., um empréstimo lastreado no petróleo. Ainda que inicialmente cético quanto à proposta devido a seu caráter pouco comum e à instabilidade em Angola, o governo brasileiro acabaria por aprovar o financiamento após algumas negociações (Odebrecht 2009b).

Durante seus primeiros anos, o projeto de Capanda empregaria cerca de 4.500 brasileiros – 96% do total de emprego gerado na época. Em 1992, tal percentual seria invertido: angolanos passariam responder por 96% do contingente empregado nas obras. A tendência de empregar mão de obra local permanece uma característica da empresa até os dias atuais (GAIO, 2012). A hidrelétrica foi concluída apenas em 2004 – a demora é atribuída, sobretudo, à guerra civil que assolou o país e, em especial, a província do Malanje, durante os anos em que se deu a implementação do projeto.

A noção de que Capanda constitui um empreendimento “inesquecível” – nas palavras de um dos entrevistados para esta pesquisa – e o marco inicial de uma relação de confiança mútua entre a Odebrecht e o governo angolano constitui unanimidade entre as fontes entrevistadas. Oficiais do governo de Angola repetidamente exaltam o quanto a empresa brasileira mostrou-se comprometida com o projeto da hidrelétrica, ressaltando que a construtora não abandonou o projeto a despeito das inúmeras dificuldades enfrentadas. Já funcionários da Odebrecht, assinalam que Capanda constitui uma referência fundamental para assegurar a inserção da empresa no mercado angolano, uma vez que o presidente José Eduardo dos Santos (JES)¹⁰ não esquece os esforços empreendidos pela construtora à época.

9 Em 2016, a Odebrecht foi considerada a 13ª maior construtora mundial e a 7ª maior construtora no continente africano (ENR, 2016). Já relativamente ao ano de 2017, os rankings mundiais refletem a fragilização da empresa brasileira, que passou a ocupar a 60ª posição entre as maiores construtoras mundiais (ENR, 2017).

10 Em 23 de agosto de 2017, houve eleições gerais em Angola. Segundo resultados provisórios divulgados pela Comissão Nacional Eleitoral em 25 de agosto, o MPLA saiu vitorioso com pouco mais de 61% dos votos. Entretanto, JES irá afastar-se da presidência após 38 anos ocupando o cargo. João Lourenço será seu sucessor e tomará posse em 21 de setembro. Dada a tradição presidencialista do MPLA (BIRMINGHAM, 2002), a mudança na presidência deverá trazer alterações para o cenário político. Esta pesquisa, entretanto, trata da inserção da Odebrecht no regime estabelecido pela presidência de JES, sem abordar ou antecipar o futuro próximo de Angola.

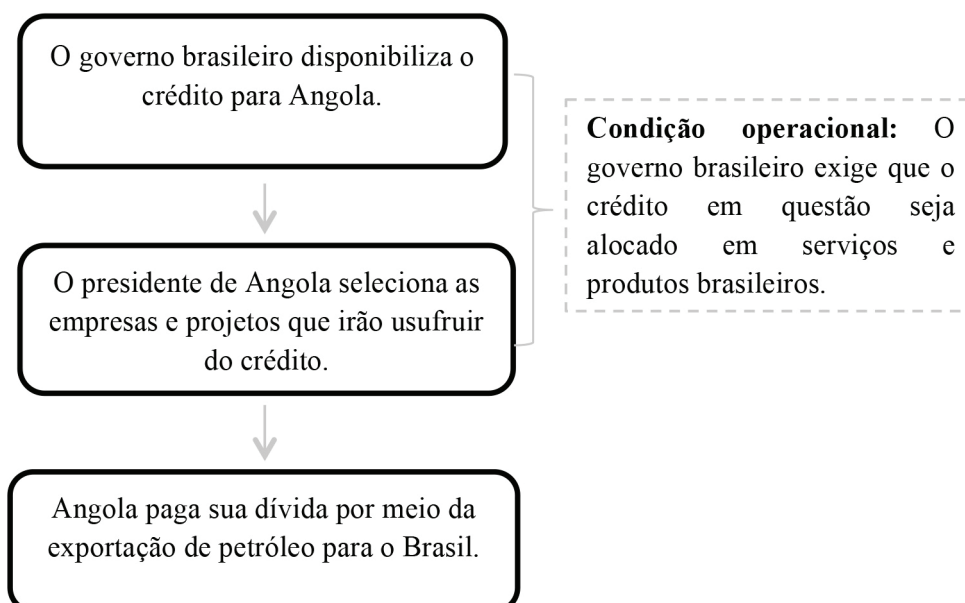
A atuação da Odebrecht durante os anos de guerra civil em Angola indica, primeiramente, a agência e a autoridade política que podem ser encontradas entre atores do mercado, como sustentado por Underhill (2000; 2001; 2003) e Strange (1976; 1988; 1996). O engajamento da empresa na esfera política na ocasião da construção de Capanda, seja no Brasil ou em Angola, mostrou-se fundamental para a realização do projeto idealizado pelo governo angolano, constituindo um exemplo de que estados e mercados não operam necessariamente com base em lógicas opostas ou dicotômicas.

Em segundo lugar, o comprometimento da Odebrecht com a construção de Capanda em plena guerra civil inseriu a empresa em uma base aliada e de confiança na perspectiva do governo. Estabeleceram-se, desse modo, os fundamentos para uma relação de confiança que perduraria no futuro. Esse aspecto é muito importante se levarmos em consideração o contexto governativo pautado pelas políticas do ventre (BAYART, 2009; 1991), uma vez que tal contexto implica uma distribuição de recursos que obedece à lógica da luta pelo poder, isto é, recursos serão alocados segundo o alinhamento político e à fiabilidade desse alinhamento.

O pós-guerra civil é marcado pelas políticas de reconstrução e constitui um terreno fértil para as construtoras brasileiras em Angola. Frequentemente, companhias estrangeiras que chegam ao país nessa conjuntura contam com algum sistema de financiamento acordado com seus governos de origem ou em âmbito bilateral com o objetivo de assegurar o sucesso de seus empreendimentos, sendo o caso das empresas chinesas o mais emblemático (CORKIN, 2013). No caso brasileiro, o suporte financeiro providenciado pelas linhas de crédito bilaterais Brasil-Angola é apontado como muito relevante em diversas entrevistas conduzidas no âmbito desta pesquisa.

A estrutura de financiamento acordada entre Brasil e Angola (Figura 1) pauta-se, em grande medida, pelo arranjo articulado para Capanda na década de 1980:

Figura 1 – Estrutura dos financiamentos Brasil-Angola



Fonte: Elaboração própria com base em dados recolhidos frente representantes de bancos públicos brasileiros e empresários brasileiros durante pesquisa de campo nos anos de 2010 e 2014.

Esse financiamento está contextualizado sob alguns princípios atribuídos às práticas da CSS, como, por exemplo, a noção de não-intervenção em assuntos domésticos e de governança, bem como o

respeito fundamental à soberania (AYLLÓN, 2009; LEITE, 2010). Tais aspectos cooperativos foram apontados como essenciais pelo governo de Angola durante a pesquisa de campo, uma vez que, como já mencionado, o MPLA tem como característica marcante a preservação de sua autonomia governativa frente às parcerias internacionais (CHABAL, 2007; HODGES, 2007)¹¹.

Entre 2002 e 2014, os créditos negociados entre Brasil e Angola atingiram cerca de US\$ 8 bilhões de acordo com dados recolhidos em pesquisa de campo frente ao governo brasileiro e ao governo angolano. Adicionalmente, tais dados indicam que o setor da construção absorveu cerca de 95% deste montante, não havendo clareza relativamente aos restantes 5%. O Brasil não possui autonomia na distribuição desses recursos segundo informações fornecidas por representantes do governo brasileiro e por empresários brasileiros. A prerrogativa dessa seleção recai, em última instância, sobre a presidência de Angola. De acordo com a escolha de JES, o crédito bilateral destinado ao setor da construção fica assim distribuído entre as construtoras brasileiras no país: 70,8% para a Odebrecht, 11,6% para a Queiroz Galvão, 9,2% para a Andrade Gutierrez e 7,7% para a Camargo Correa¹².

A presidência angolana aloca para a Odebrecht uma parcela considerável de financiamento público, assegurando o lugar da empresa nas políticas de reconstrução¹³. O papel central atribuído ao presidente angolano na alocação desses recursos remete-nos à figura do *big man* africano (BAYART, 2009). Esse líder seria o responsável pela alocação de recursos estratégicos entre aliados mais próximos – nesse caso, a Odebrecht. Entretanto, embora JES preserve o caráter do empreendedor político (WEBER, 1919; COMPAGNON, 2012) inerente ao *big man*, ele não se apresenta enquanto um líder autodestrutivo, isto é, ele não provoca a erosão da estrutura ou dos recursos que geram seu próprio poder¹⁴.

A construtora apresenta uma variada gama de projetos em Angola, com uma presença transversal em termos setoriais e geográficos (ODEBRECHT, 2014). A empresa brasileira constitui o maior empregador privado no país, gerando 15 mil postos de trabalho, dos quais 95% são preenchidos por mão de obra local. Atualmente, a Odebrecht é responsável por três grandes projetos que são respaldados pelo financiamento bilateral Brasil-Angola: a hidrelétrica de Laúca, a hidrelétrica de Cambambe e o projeto habitacional do Zango.

Segundo informações recolhidas frente a representantes do governo angolano, as hidrelétricas foram delegadas a Odebrecht devido à experiência de Capanda, considerada uma referência de confiança. Laúca consiste em um projeto de energia muito relevante em Angola devido à sua dimensão e capacidade. A barragem deve ser concluída ainda em 2017¹⁵ e, segundo dados recolhidos frente a responsáveis pelo projeto, a barragem deve cobrir 80% da necessidade industrial de energia em Angola. Já Cambambe foi originalmente construída pelos portugueses no período colonial e agora a Odebrecht é a responsável pela modernização e expansão da capacidade da hidrelétrica – originalmente, a hidrelétrica gerava 180 MW e, com as novas obras, passou a gerar 960 MW¹⁶.

11 O governo brasileiro exige que os serviços e insumos contratados no âmbito do acordo sejam todos de origem brasileira – o que deixa alguns representantes da Odebrecht insatisfeitos, uma vez que adquirir insumos da China, por exemplo, seria mais vantajoso e competitivo segundo suas manifestações durante as entrevistas.

12 Estimativa com base em dados fornecidos pelos BNDES, pesquisa de campo em Angola e Carvalho (2016). É importante reconhecer a falta de transparência relativamente ao fluxo de financiamento Brasil-Angola. Os dados oficiais do BNDES frequentemente colidem com dados obtidos frente à sociedade civil angolana, ao governo angolano ou mesmo frente a funcionários do governo brasileiro.

13 Segundo informações de um representante da Odebrecht em Angola, as demais construtoras usufruem de fatias residuais do crédito devido à boa relação de JES com o ex-presidente Lula. Conforme indicado pelo representante da empresa, ainda que a Odebrecht tenha assegurada sua posição no mercado mediante sua histórica atuação no regime angolano, o ex-presidente brasileiro buscou estreitar laços com a presidência de Angola e tentar abrir mercado para as demais construtoras brasileiras. Ainda assim, JES mantém a Odebrecht em posição privilegiada nessa distribuição.

14 Eventuais ineficiências nos projetos delegados à Odebrecht produzem consequências em termos de alocação futura de recursos, utilizando-se o Executivo angolano da competição entre próprias construtoras brasileiras ou, em casos mais graves, da concorrência chinesa conforme informado por entrevistados no governo de Angola e de empresas brasileiras.

15 A barragem de Laúca foi inaugurada em 4 de agosto de 2017 por JES – por enquanto, a hidrelétrica ainda não opera com a capacidade total. Ver mais informações em: <http://www.governo.gov.ao/VerNoticia.aspx?id=33227>.

16 A modernização da barragem de Cambambe foi inaugurada em 29 de junho de 2017. Para mais informações, ver: <http://www.dn.pt/lusa/interior/vice-presidente-angolano-inaugura-central-eletrica-de-cambambe-que-beneficia-oito-milhoes-de-pessoas-8601246.html>

O projeto habitacional do Zango localiza-se na periferia de Luanda e foi idealizado pelo governo angolano tendo em vista habitações de baixa renda e populações que foram alvo de processos de desalojamento pelo próprio governo. O Zango tem sido implementado e expandido sucessivamente desde 2002 e conta com a participação de diferentes construtoras, com destaque para empresas chinesas e para a Odebrecht – que implementa cerca de 50% do projeto. Os clientes da Odebrecht no Zango são representados por duas instituições governamentais angolanas: o Ministério da Construção e o Gabinete de Obras Especiais da presidência (GOE)¹⁷. A construtora brasileira integra, assim, um grupo muito restrito de empresas que possuem contratos com o GOE, uma vez que o gabinete está encarregado de projetos sigilosos e seus prestadores de serviço são escolhidos com base no critério da confiança, conforme indicado por representantes governamentais angolanos.

Ainda que o financiamento bilateral seja de grande valor estratégico para Odebrecht em Angola, a empresa possui projetos em parceria com empresas locais e com o governo que não estão vinculados a tais recursos. Desde o fim da guerra civil, a construtora expandiu sua presença enquanto investidora em Angola, tendo institucionalizado, em 2012, o *Odebrecht Africa Fund* (OAF). O OAF é um fundo focado principalmente no mercado angolano e foi concebido tendo em vista projetos da Odebrecht em setores para além da construção e engenharia, como bioenergia, distribuição alimentícia, entretenimento, petróleo, diamantes, entre outros (ODEBRECHT, 2014). Essa diversificação é possível mediante o histórico da empresa no país, que permitiu a articulação de diversas parcerias com o governo desde a década de 1990 e, atualmente, também com empresários angolanos locais – a associação com uma empresa local é indispensável para a atuação dos investidores no país enquanto parte do processo de angolanização econômica, como verificado na pesquisa de campo.

A constituição da Companhia de Bioenergia de Angola (Biocom) é um bom ponto de partida para compreendermos esse processo. De acordo com dados obtidos em pesquisa de campo, a sua implementação começou em 2012. Localizada na província do Malanje, a Biocom tem por objetivo produzir açúcar, etanol e exportar energia a partir do cultivo em larga-escala de cana de açúcar. A iniciativa abrange uma área de 70 mil hectares e movimenta um investimento de US\$ 1,27 bilhão. Trata-se de uma empresa de direito angolano e sua composição acionária é a seguinte: Odebrecht (40%), Cochán (40%) e Sonangol (20%). A Sonangol é a estatal angolana de petróleo e sua presença em negócios relacionados à energia é comum. A Cochán, por sua vez, é uma empresa privada angolana com uma presença muito diversificada no mercado do país. Seu presidente é Leopoldino Fragoso do Nascimento, comumente conhecido por General Dino – parte de uma base político-econômica aliada ao MPLA e estratégica para a presidência de Angola.

A Cochán, nesse sentido, constitui um ator-chave na economia política angolana do pós-guerra civil ao desempenhar duas funções em simultâneo. Primeiramente, é assegurado um parceiro local angolano em um grande empreendimento enquadrando-se no processo de angolanização, isto é, garantir que os angolanos não percam controle da economia do país frente ao fluxo de capital estrangeiro. Em segundo lugar, se garante que esse parceiro seja um ator-chave, ou seja, alguém de valor estratégico para o regime – no caso, o general Dino. Esse valor dá-se porque é parte integrante da base aliada e porque se trata de ex-general combatente da guerra que deve ser recompensado pelo partido em tempos de bonança econômica para o bem da manutenção da estabilidade e do *status quo* (GAIO, 2014).

A rede de varejo alimentar Nosso Super é outro exemplo da ação investidora da Odebrecht em Angola sob a égide do OAF. A rede de supermercados, com representação em todas as províncias angolanas, foi inaugurada em 2007 e é resultado de mais uma parceria entre a Odebrecht e o governo de Angola. De acordo com um representante da empresa entrevistado para esta pesquisa, a empresa brasileira foi

17 Trata-se de gabinete diretamente subordinado a JES que comanda projetos sigilosos e considerados estratégicos para a reconstrução nacional, conforme informado por representante do governo de Angola.

responsável por estruturar a rede de varejo, mas, uma vez estruturada, o governo planejava administrá-la com eventual auxílio da Odebrecht. Contudo, o estado enfrentou inúmeros desafios ao tentar gerir a rede e, em 2011, decidiu que a empresa brasileira ficaria a cargo da administração sob uma concessão pública válida por 35 anos renováveis.

Renovando as credenciais frente ao governo

Segundo Norberto Odebrecht (2011, p. 43; grifo do autor), “a Empresa **somente sobreviverá** enquanto **satisfazer seus Clientes**”. O fundador da construtora (ODEBRECHT, 2011, p. 43) acrescenta que “o Cliente satisfeito é o fundamento da existência da Organização Odebrecht” (ODEBRECHT, 2011, p. 43). Satisfazer o cliente, ou, no caso, o governo angolano, implica uma atividade dinâmica, uma vez que, com o passar do tempo, as necessidades ou prioridades desse cliente podem mudar. Certamente, há uma mudança significativa de contexto a partir de 2002, que consiste no fim da guerra. A mudança traz consigo uma nova agenda, que passa a ter no seu topo a reconstrução nacional. Paralelamente, há a multiplicação de atores empresariais no mercado angolano, com destaque para as estatais chinesas. Nessa conjuntura, a Odebrecht precisa renovar suas credenciais frente ao cliente (estado), ainda que tais credenciais continuem a ter como pilar fundamental a construção da barragem de Capanda.

O principal fator destacado pelo governo de Angola relativo ao comprometimento da Odebrecht nessa nova conjuntura estaria relacionado ao âmbito da chamada angolanização e se divide em duas esferas distintas, mas complementares entre si. A primeira delas é mais óbvia e diz respeito à empregabilidade local, incluindo a formação de mão-de-obra não qualificada. De maneira geral, a empresa possui 15 mil funcionários em Angola, dos quais 95% são angolanos e ocupam cargos mais técnicos e também posições mais altas.

A segunda esfera por meio da qual a Odebrecht insere-se na pauta da angolanização seria a constituição de parcerias locais, sejam elas com o estado ou com empresas privadas angolanas, como já demonstrado neste artigo. As parcerias locais devem envolver a garantia de capital angolano em dado empreendimento e são muito importantes para o governo, como apontam diversos entrevistados. Um deles, de nacionalidade angolana, foi enfático e também provocativo ao considerar o alto grau de enraizamento do grupo brasileiro na economia local: “Mas a Odebrecht é angolana, não? Possui muitos negócios estratégicos com o governo em Angola, não deixará o país em hipótese alguma.”

O cliente mudou, mas o cliente permanece o mesmo – o paradoxo é real. A despeito de algumas mudanças de prioridades e do surgimento de uma agenda de reconstrução, a luta pela manutenção do poder mantém-se e, portanto, é preservada a influência do partido governante sobre o mercado. Um representante da Odebrecht explica que a autonomia governativa do país segue protegida, indicando que o governo angolano é extremamente defensivo relativamente à “exploração” por parte de atores estrangeiros. Diversos membros do governo, por sua vez, reafirmam que quaisquer tentativas de intervenção estrangeira nos assuntos internos são prontamente neutralizadas em Angola.

O mesmo representante da Odebrecht defende que a dicotomia público/privado não tem lugar no país devido, em grande parte, ao modo como a guerra civil terminou. A fonte explica que a guerra não terminou por meio de uma negociação, mas sim por meio de uma vitória militar do MPLA sobre seu rival. Nesse sentido, o partido governante carrega consigo o “trunfo da paz” – apesar da mesma ter sido alcançada por meio da guerra. Tal conjuntura marcaria profundamente o processo de reconstrução pós-guerra, uma vez que a existência do estado angolano e sua sobrevivência são entendidos pela elite governante como conquista do partido governante. Constrói-se, assim, a noção de que “o MPLA é o dono do estado” nas palavras do entrevistado.

A Odebrecht mostra-se, ainda, preocupada com as diferentes preferências que coexistem dentro do MPLA relativamente aos parceiros externos na reconstrução angolana, indicando que importantes correntes do partido possuem preferências bem definidas relativamente à China e utilizam sua influência partidária para favorecer empresas chinesas. Em se tratando de mercado informado pelas políticas do ventre (BAYART, 2009; 1991) sob a estrutura governativa do partido-estado, cada grupo de empresas busca traçar sua rede de contatos e suporte dentro dessa conjuntura política pré-existente. No caso da Odebrecht, o principal canal de influência política é a própria presidência de Angola sob o regime de JES.

Considerações finais

Este trabalho abordou a inserção da Odebrecht em Angola sob o contexto da economia política local, analisando o modo pelo qual dinâmicas governativas locais moldam a interação entre público e privado no país. O artigo buscou compreender o engajamento do conglomerado brasileiro na economia política angolana, apreendendo de que modo a empresa cultivou estratégicas relações com o governo de Angola e se tornou parte relevante da governança angolana.

A despeito de eventuais mudanças no modelo econômico formalmente adotado em Angola, foi possível observar que as dinâmicas governativas guardam alguma continuidade ao longo do tempo, indicando grande capacidade adaptativa durante transições. Mostrou-se mais produtivo, desse modo, analisar o protagonismo do partido governante enquanto epicentro da economia política angolana. O MPLA, nesse sentido, demonstrou grande habilidade ao manter o *status quo* no país mesmo em momentos de transições políticas e econômicas por meio de um controle constante sobre os recursos e as oportunidades de negócio Angola.

A pesquisa analisou as estratégias governativas do MPLA à luz da noção das políticas do ventre (BAYART, 2009), segundo a qual a alocação de recursos obedece a negociações inerentes à luta pelo poder. O “partido-estado” (CHABAL, 2007, p. 3) dominou essas negociações enquanto manteve uma autonomia governativa frente à comunidade internacional atípica no contexto africano. A governança do MPLA implica uma distância em relação ao modelo observante (MOREIRA, 1996) de economia política – o neoliberalismo. Isso porque evidencia-se a falácia da dicotomia público-privado, já apontada tanto por Underhill (2000; 2001; 2003) quanto por Strange (1976; 1988; 1996). Nesse contexto, o mercado mostra-se enquanto uma esfera de ação eminentemente política e a atuação de transnacionais no país encontra-se intrinsecamente ligada à agenda e ao escrutínio do partido governante.

Nesse sentido, a Odebrecht engajou-se no cenário angolano por meio de ações deliberadamente políticas com o objetivo de cativar a confiança do MPLA – o “cliente” – sob um contexto de luta ferrenha pelo poder. A empresa inseriu-se em Angola de acordo com as dinâmicas governativas locais. O caso da construtora em Angola não pode ser compreendido por meio de uma lógica binária estado/mercado. A *rationale* da empresa, fundamentalmente política, foi articulada por um empresário – o que nos mostra que o mercado constitui *locus* muito relevante de autoridade política (STRANGE, 1988; 1996; UNDERHILL, 2000)¹⁸.

É possível verificar, ainda, que a necessidade de satisfazer “clientes” aplica-se tanto a JES – especialmente se levarmos em consideração seu caráter de empreendedor político (WEBER, 1919; COMPAGNON, 2012) – quanto à construtora. A sobrevivência e perpetuação de ambos, o *business man* da

18 Ainda que este artigo tenha abordado em específico a experiência da Odebrecht sob o contexto da economia política angolana, é interessante questionar a concepção de que a postura da empresa ao buscar autoridade política (STRANGE, 1988; UNDERHILL, 2000) constituiria uma exceção no mercado, pois esse seria, segundo tal suposição, apolítico no geral. Durante a pesquisa de campo, foram entrevistados representantes de diferentes corporações transnacionais, oriundas de diversos países, que apresentam atividades em Angola. Nenhum representante mostrou-se avesso ao engajamento político necessário para obter sucesso no mercado angolano. Ademais, frequentemente ressaltaram que o envolvimento na seara política constitui estratégia transversal aos mais variados países em que atuam independentemente do grau de desenvolvimento atribuído.

Odebrecht e o *big man* de Angola, dependem da satisfação de seus respectivos “clientes”. Nenhum dos dois irá hesitar em influenciar a alocação de recursos de acordo com as suas necessidades e estratégias políticas. Em um contexto no qual público e privado são não apenas muito semelhantes entre si, mas também co-constituintes, o relacionamento entre o governo angolano e a Odebrecht seguiria tal padrão, sendo caracterizado pela parceria, confiança mútua e simbiose.

Referências bibliográficas

- ALENCASTRO, M. Odebrecht em Angola, fim do império. *Folha de S. Paulo*, 21 ago. 2017. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/mathias-alencastro/2017/08/1911537-odebrecht-em-angola-fim-do-imperio.shtml>. Acesso em: 22 ago. 2017.
- AYLLÓN, B. *Cooperación sur-sur: innovación y transformación em la cooperación internacional*. 2009. Disponível em: <http://www.fundacioncarolina.es/es-EES/nombrespropios/Documents/NPBAyll%C3%B3n0912.pdf>. Acesso em: 1 mar. 2015.
- BAYART, J.F. *The state in Africa: the politics of the belly*. Michigan: Polity, 2009.
- _____. The State. In: YOUNG, T. (Ed.). *Readings in African politics*. Oxford: James Currey, 1991, pp. 40-44.
- BIRMINGHAM, D. Angola. In: CHABAL, P. (Ed.). *A history of postcolonial lusophone Africa*. Indiana: Indiana University Press, 2002, pp. 137 – 184.
- BRAUDEL, F. *Civilization and capitalism, 15th-18th century: the wheels of commerce*. Vol.2. Londres: Fontana Press, 1979.
- CARVALHO, C. R. *Causas e reflexões da actual crise económica e financeira de Angola*. Benguela, 19 de maio de 2016.
- CHABAL, P. E Pluribus Unum: transitions in Angola. In: CHABAL, P.; VIDAL, N. *Angola: the weight of history*. London: Hurst & Company, 2007, pp. 1-18.
- COHEN, B. *International political economy: an intellectual history*. Princeton: Princeton University Press, 2008.
- COMPAGNON, D. The model of the political entrepreneur. In: BACH, D.; GAZIBO, M. (Eds.). *Neopatrimonialism in Africa and beyond*. Oxon: Routledge, 2012, pp. 46-57.
- CORKIN, L. *Unconverging african agency: Angola’s management of China’s credit lines*. Inglaterra: Ashgate, 2013.
- ENR (ENGINEERING NEWS-RECORD). *The top 250*. 2016. Disponível em: http://www.enr.com/ext/resources/Issues/National_Issues/2016/August-2016/29-Aug/ENR0822-0829_Top250IntCon.pdf. Acesso em: 20 dez. 2016.
- _____. *The top 250*. 2017. Disponível em: <http://www.enr.com/toplists/2017-Top-250-Global-Contractors-1>. Acesso em: 22 ago. 2017.
- FERREIRA, M. La reconversion Économique de la nomenclatura pétrolière. *Politique Africaine*, n. 57, pp. 13-25, 1995.
- GAIO, G. Você imaginou. Nós construímos. Estado, mercado e a participação brasileira na recuperação da infra-estrutura angolana. *Observador On-line*, v.7, n.8, pp. 1-55, 2012.
- _____. *O público, o privado e a economia política angolana: um estudo sobre a inserção das construtoras brasileiras em Angola*. Dissertação (Mestrado em Estudos Africanos) - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, 2014.

- GAIO, G.; ARCHER, P. Correa versus Chevron-Texaco: petróleo e política no Equador. *Observador On-line*, v.8, n.12, pp. 1-23, 2013.
- GILPIN, R. *Global Political Economy: understanding the international economic order*. New Jersey: Princeton University Press, 2001.
- GRAMSCI, A. *Selections of prison's notebooks*. New York: International Publishers, 1971.
- HABERMAS, J. *The structural transformation of the public sphere: an inquiry into a category of bourgeois society*. Massachusetts: MIT Press, 1962.
- HIBOU, B. The social capital of the State as an agent of deception or the ruses of economic intelligence. In: BAYART, J.F.; ELLIS, S.; HIBOU, B. *The criminalization of the state in Africa*. Oxford: James Currey, 1999, pp. 69-113.
- HODGES, T. The economic foundations of the neopatrimonial state. In: CHABAL, P.; VIDAL, N. *Angola: the weight of history*. London: Hurst & Company, 2007, pp. 175-199.
- FMI. *Nigeria: 2013 Article IV consultation – staff report; press release and statement by the executive director for Nigeria*. 2014. Disponível em: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/scr/2014/cr14103.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2014.
- IPEA; BANCO MUNDIAL. *Ponte sobre o Atlântico: Brasil e África Subsaariana, parceria Sul-Sul para o desenvolvimento*. 2011. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/AFRICAEXT/Resources/africa-brazil-bridging-final-PORT.pdf>. Acesso em: 2 maio 2012.
- LEITE, I. C. Cooperação Sul-Sul: um ensaio conceitual. *Boletim Mundorama*, 15 jun. 2010. Disponível em: <http://mundorama.net/2010/06/15/cooperacao-sul-sul-um-ensaio-conceitual-por-iara-costa-leite/>. Acesso em: 6 out. 2014.
- MÉDARD, J.F. Nouveaux Acteurs Sociaux, Permanence et Renouveau du Clientélisme Politique en Afrique Sub-saharienne. *Cadernos de Estudos Africanos*, v.13, n.14, pp. 11-26, 2007.
- MESSIANT, C. The mutation of hegemonic domination: multiparty politics without democracy. In: CHABAL, P.; VIDAL, N. *Angola: the weight of history*. London: Hurst & Company, 2007, pp. 93-123.
- MOREIRA, A. *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa: Almedina, 1996.
- ODEBRECHT, E. 25 anos de aliança. In: ODEBRECHT. *O Futuro em construção: Odebrecht e Angola, 25 anos de parceria*. Angola: Versal Editores, 2009a, pp. 12-13.
- ODEBRECHT, N. *Sobreviver, crescer e perpetuar: tecnologia empresarial Odebrecht*. Vol. 1. Salvador: Fundação Odebrecht, 1983, 11ª ed. (2011).
- ODEBRECHT. *Segunda fase de Capanda*. 2006. Disponível em: <http://www.odebrecht.com/sala-imprensa/noticias/noticia-detalhes/segunda-fase-capanda-0>. Acesso em: 20 jun. 2014.
- _____. *O Futuro em construção: Odebrecht e Angola, 25 anos de parceria*. Angola: Versal Editores, 2009b.
- _____. *Odebrecht 2012: relatório de actividades*. 2012. Disponível em: <http://www.odebrecht.com.br/publicacoes/relatorios-anuais>. Acesso em: 25 maio 2013.
- _____. *Crescimento sustentável*. 2013. Disponível em: http://www.odebrecht.com/sites/default/files/RA_Odebrecht_2013_pt1.pdf. Acesso em: 05 jun. 2014.
- _____. *Business Investments Funds: Africa Fund*. 2014. Disponível em: <http://www.odebrecht.com.br/en/businesses/investment-funds/africa-fund>. Acesso em: 05 Ago. 2014.
- OLIVEIRA, R. S. Business Success, Angola-Style: Postcolonial politics and the rise and rise of Sonangol. *Journal of Modern African Studies*, v.45, n.4, pp. 595-619, 2007.
- POLANYI, K. *The great transformation: the political and economic origins of our time*. Boston: Beacon Press, 1944, 2ª ed. (2001).
- RAVENHILL, J. The study of global political economy. In: RAVENHILL, J. (Ed.). *Global Political Economy*. 3ª ed. Oxford: Oxford University Press, 2011, pp. 3-29.

- ROQUE, P. Angola: parallel governments, oil and neopatrimonial system reproduction. Institute for Security Studies: *Situation Report*, 6 jun. 2011.
- SILVEIRA, V. Região é prioritária para construtoras brasileiras. *Jornal Valor Econômico*, 21 nov. 2011. Disponível em: <http://www.valor.com.br/impreso/construcao-e-engenharia/regiao-e-prioritaria-para-construtoras-brasileiras>. Acesso em: 04 ago. 2014.
- SARAIVA, J. F. S. *África parceira do Brasil Atlântico: relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.
- STRANGE, S. 1976. The study of transnational relations. *International Affairs*, v.52, n.3, pp. 333-345, 1976.
- _____. *States and markets: an introduction to international political economy*. New York: Basil Blackwell, 1988.
- _____. *The retreat of the state: the diffusion of power in the world economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- TANGRI, R. *The politics of patronage in Africa: parastatals, privatization and private enterprise*. Oxford: James Currey, 1999.
- TAYLOR, I. China's oil diplomacy in Africa. *International Affairs*, v.85, n.2, pp. 937-959, 2006.
- UNCTAD. *South-South Cooperation: Africa and the new forms of development partnerships*. 2010. Disponível em: http://unctad.org/en/Docs/tdb57d2_en.pdf. Acesso em: 10 Jun. 2017.
- UNDERHILL, G. State, market and global political economy: genealogy of an (inter-?) discipline. *International Affairs*, v.76, n.4, pp. 805-824, 2000.
- _____. *States, markets and governance: private interests, the public good and the democratic process*. In: Universiteit van Amsterdam, Amsterdam, 2001.
- _____. States, markets and governance for emerging market economies: private interests, the public good and the legitimacy of the development process. *International Affairs*, v.79, n.4, pp. 663-689, 2003.
- VISENTINI, P. *A relação Brasil-África: prestígio, cooperação ou negócios?* Rio de Janeiro: Alta Books, 2016.
- WEBER, M. *Politics as vocation*. 1919. Disponível em: <http://www.sscnet.ucla.edu/polisci/ethos/Weber-vocation.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2014.
- WILLIAMSON, J. *What does Washington mean by policy reform?* 1990. Disponível em: <http://www.iie.com/publications/papers/paper.cfm?researchid=486>. Acesso em: 19 jan. 2013.